



# XIV ANPED-CO

## XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3168 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 05 - Estado e Política Educacional

O MOVIMENTO DOS EDUCADORES EM LUTA PELAS REFORMULAÇÕES DAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1980

Cilmara Bortoleto Del Rio Ayache - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Jorismary Lescano Severino - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Margarita Victoria Rodriguez - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### **O MOVIMENTO DOS EDUCADORES EM LUTA PELAS REFORMULAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1980**

O artigo analisa a luta do movimento dos educadores pelas reformulações das políticas públicas de formação docente entre os anos de 1970 a 1980. Os procedimentos metodológicos contemplaram: levantamento e sistematização de fontes secundárias acerca do objeto de estudo; inventário das pautas das conferências nacionais de educação ocorridas entre os finais dos anos de 1970 e durante os anos de 1980. Constatou-se que o Movimento dos Educadores participou ativamente do debate e reformulações das políticas públicas de formação docente por meio de entidades e associações, sobretudo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, o Centro de Estudos Educação e Sociedade e a Associação Nacional de Educação; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação que impulsionaram e fortaleceram o movimento, pois estas entidades absorveram as reivindicações e tornaram-se um espaço de expressão das demandas políticas da sociedade e de oposição ao regime cívico-militar.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais, Formação docente, Movimentos dos educadores.

#### **Introdução**

Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa em andamento, cujo tema focaliza o movimento dos educadores em luta pelas reformulações das políticas públicas de formação docente entre os anos de 1970 e 1980. Cumpre destacar que o estudo das políticas educacionais é um dos objetos de investigação do grupo de pesquisa “Sociedade História e Educação - GEPSE/HISTEDBR-MS, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, vinculado à Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação mestrado e doutorado da Universidade Federal de Mato grosso do Sul.

Como referência metodológica optou-se pelo enfoque do materialismo histórico dialético, por considerá-lo mais apropriado e que mais contribui para o desenvolvimento de pesquisas neste campo de investigação. O processo de investigação incidu em levantamento e sistematização de fontes

secundárias acerca do objeto de estudo; inventário das pautas das conferências nacionais de educação ocorridas entre os finais dos anos de 1970 e durante a década de 1980.

É fulcral frisar que no período balizado proposto para este estudo, o Brasil vivia sobre a égide do Regime da Ditadura Civil Militar, e paulatinamente diante da conjuntura política, econômica e social que passava o país, na segunda metade da década de 1970, o Regime começou a ser questionado no âmbito das universidades e escolas, e o campo educacional iniciou sua organização, impulsionada em grande medida pela oposição à pedagogia oficial e à política oficial dominante (SAVIANI, 1997).

## **A CONJUNTURA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL E O REFLEXO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS (1970-1980)**

No Brasil, o período que antecedeu a entrada da década de 1970, especificamente o ano de 1964, marcou o país com profundas mudanças políticas e ideológicas. Em março de 1964, ocorreu o golpe civil militar, o presidente João Goulart (1961-1964) foi deposto e iniciou-se a ditadura, mediante o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Foram suspensos os direitos políticos dos opositores do regime, bem como cassação de mandatos e prisão dos mesmos. (VIEIRA, 2015)

No mesmo ano, o general Humberto de Alencar Castello Branco tomou posse como presidente e se manteve no cargo até o ano de 1967, quando assumiu o marechal Artur da Costa e Silva que governou até 1969, mas se afastou do governo por motivo de saúde. Uma junta de militares assumiu provisoriamente o controle do país até a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a presidência, que governou de 30 de outubro de 1969 até 15 de março de 1974. (VIEIRA, 2015)

Os primeiros anos de governo militar foram marcados por corte de gastos, aumento de tarifas e impostos, restrição de crédito, arrocho salarial, recessão e desemprego. A relação com o capital estrangeiro ficou cada vez mais estreitada mediante a venda de empresas nacionais – ocasionada pela desvalorização da moeda do país – aos novos empréstimos e da aproximação cada vez maior com os Estados Unidos (EUA). (VIEIRA, 2015)

Internamente, houve a extinção dos antigos partidos e foi organizada uma estrutura bipartidária com o partido do governo, denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o de oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O discurso oficial para a educação no início do período de ditadura militar foi em defesa da universalização do ensino primário, sendo ele obrigatório e gratuito, o fim do ensino dualista para o ensino médio e para o ensino superior buscavam o aumento do número de alunos e a proibição de imposição de ideologia de qualquer natureza. “Professores, alunos e funcionários, de qualquer nível de ensino, viveram aterrorizados com os delatores infiltrados entre seus colegas, em aula ou fora dela, e mais ainda com as denúncias aos órgãos de segurança”. (VIEIRA, 2015, p. 304)

Apesar da política autoritária do regime, o final da década de 1960 foi marcado por manifestações estudantis, principalmente frente ao acordo Ministério da Educação (MEC) e *United States Agency for International Development* (USAID) que resultaria em convênios que buscavam implantar o modelo estadunidense nas universidades brasileiras. Essa reforma era estratégica para que o novo quadro técnico, proposto pelo governo e necessário ao projeto econômico brasileiro, fosse consolidado nos moldes da política dos EUA.

Os anos 1970 expressaram o auge da ditadura, com prisões, torturas e assassinatos dos opositores e intensa repressão e eliminação de qualquer movimento ou indivíduo que fosse vinculado ao comunismo. Também, é o período chamado de *milagre econômico* em que houve o crescimento do PIB em 11,1% e facilidade de crédito para a aquisição de bens de consumo duráveis. O crescimento da economia contrastou com o aumento da dependência do capital e petróleo estrangeiro e com o aprofundamento das desigualdades sociais no país. (MENEZES; SANTOS, 2001)

A preocupação do governo era em exaltar as Reformas ocorridas no ensino. “O presidente da República ressaltava a modernidade e a profundidade das reformas realizadas, elogiando os princípios pedagógicos nelas introduzidos”. (VIEIRA, 2015, p. 309). Havia uma grande “legião de iletrados” que também preocupava os militares do governo, bem como a valorização da escola como um instrumento

de ascensão social no Brasil. (VIEIRA, 2015)

Ressalta-se dois importantes fatos para a Educação: a estipulação de normas para o vestibular em 1971, pelo Decreto n. 68 908 e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, com o objetivo de qualificação profissional. (VIEIRA, 2015)

Em 1974, o general Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) assumiu a presidência e o MDB conquistou um expressivo número nas eleições legislativas. Sinais de uma crise econômica se mostravam aparente, devido ao aumento do preço do petróleo e da dívida externa. Geisel mostrou-se mais moderado e tentou promover uma abertura com a oposição. A sociedade civil passou a reivindicar os direitos democráticos e com o fim das imposições do AI-5 progrediu a abertura política, mesmo que lentamente. (VIEIRA, 2015)

Nesse momento histórico, a educação era direcionada para o treinamento profissional. O crescimento das matrículas, aperfeiçoamento da qualidade de ensino e estímulo aos cursos de pós-graduação foram aspectos educacionais que interessaram ao governo de Geisel. (VIEIRA, 2015)

Na passagem de 1970 para 1980, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) assumiu o poder. Junto a isso, centenas de exilados voltaram ao país e foi restabelecida a estrutura pluripartidária. A crise econômica se agravou provocando manifestações e aumento de greves. (VIEIRA, 2015)

O início dos anos de 1980 foi marcado por materializações do discurso democrático como eleições diretas para governadores e prefeitos. Com isso, foi criado o Partido dos Trabalhadores com o registro na Justiça Eleitoral. Em 1984, o Brasil foi movido por uma campanha por eleições diretas para presidente da república, chamada de Diretas Já, e ainda se promoveu uma emenda constitucional para que a eleição ocorresse de forma direta, porém, ela foi vetada pelo Congresso Nacional. (VIEIRA, 2015)

Em 1985, venceu, por eleição indireta, o opositor Tancredo de Almeida Neves – pela coligação Aliança Democrática entre os partidos MDB e Partido da Frente Liberal (PFL). Tancredo morreu e assumiu a presidência José Sarney de Araújo Costa. Durante seu governo foi elaborada uma nova Constituição, para substituir a carta adotada pelo regime militar em 1967. A Assembleia Constituinte foi formada em fevereiro de 1987, que concluiu a Constituição em 1988, que estabeleceu eleições diretas, independência dos poderes legislativo, executivo e judiciário, restrição a atuação das forças armadas e garantia o direito à greve. (VIEIRA, 2015)

Cumprir destacar, nesse momento histórico, a efetiva e relevante participação das entidades e associações representativas da educação que estabeleceu um movimento organizado em luta por direitos educacionais e trabalhistas que reivindicavam a elaboração de uma nova constituição federativa e leis que propiciassem a democratização da educação no país.

## **AS ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CLASSE TRABALHADORA EM EDUCAÇÃO**

O movimento dos educadores organizado conquistou representatividade de parcelas dos trabalhadores na luta pela defesa da educação pública e democrática, bem como direitos trabalhistas. Propunham a reformulação das políticas públicas de formação docente. Entidades e associações, sobretudo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Educação (ANDE) impulsionaram e fortaleceram o movimento, pois estas entidades absorveram as reivindicações e tornaram-se um espaço de expressão das demandas políticas da sociedade e de oposição ao regime civil militar.

No início da década de 1980, o movimento de luta dos trabalhadores em educação e no quadro geral de democratização da sociedade trouxeram relevantes contribuições para a educação. Nesse período, em consequência desse movimento, surgiram no âmbito da formação do educador instituições nacionais que articulam as lutas dos trabalhadores (FREITAS, 2002).

Destarte, algumas associações que representavam os profissionais de educação no Brasil já existiam

antes dos anos 1980, e outras foram criadas no final dos anos 1970. Com efeito, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi fundada em 1948, é uma organização sem fins lucrativos voltada para o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e cultural do Brasil. Reúne diferentes sociedades científicas brasileiras e tem importante papel na valorização da ciência e dos cientistas, exigindo, dos diferentes governos do país, o investimento na ciência e cultura nacional<sup>[iii]</sup>.

A Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED) fundada em 16 de março de 1978, atua de forma decisiva e comprometida nas principais lutas pela universalização e desenvolvimento da educação no Brasil. Ao longo de sua trajetória, a Associação construiu e consolidou uma prática acadêmico-científica destacada e, nesse percurso, contribuiu para fomentar a investigação e para fortalecer a formação da pós-graduação em educação, promovendo o debate entre seus pesquisadores, bem como o apoio aos programas de pós-graduação<sup>[iii]</sup>.

O Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) surgiu em março de 1979, em Campinas (SP), como resultado da atuação de alguns educadores preocupados com a reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade<sup>[iv]</sup>. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi fundada em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP), como ANDES. E 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) que representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país<sup>[v]</sup>.

Nesse momento histórico, havia no país um grupo de estudiosos articulados com as entidades supramencionadas que buscava romper com o pensamento tecnicista que predominava na área da educação. Assim, os movimentos dos educadores por meio das associações realizavam debates que discutiam as concepções sobre a formação dos profissionais de educação evidenciando as características sócio históricas dessa formação, a necessidade de um profissional formado com um conhecimento sobre a ampla realidade do seu tempo que possua uma postura crítica e propositiva para que consiga transformar as condições da escola, da educação e da sociedade (MACIEL; NETO, 2004).

Desta forma, o movimento com sua concepção emancipadora da educação e da formação, avançou no sentido de superar as dicotomias presentes na formação dos profissionais de educação, ou seja, na formação acadêmica entre professores e especialistas, pedagogia e licenciaturas, especialistas e generalistas, acompanhando a escola na busca da democratização das relações de poder em seu interior e na construção de novos projetos coletivos (MACIEL; NETO, 2004).

No início dos anos 1980, a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) teve papel fundamental no redirecionamento das discussões travadas no âmbito oficial sobre as políticas educacionais discutidas nas pautas das Conferências de Educação Brasileira (CEBs) em todas as suas edições.

Cabe destacar que a ANFOPE é uma instituição de caráter político-acadêmico originária do movimento dos educadores na década de 1970, sendo importante no cenário nacional quando se trata de desenvolver estudos, pesquisas e debates sobre a formação e valorização dos profissionais da educação. Essa associação delimita, desse modo, uma atuação fundamental no debate e análise de políticas educacionais, em particular no campo da formação dos profissionais da educação e na forma de organização dos cursos de formação desses profissionais bem como sua valorização pelas políticas públicas<sup>[vi]</sup>.

Ressalta-se a importância da mobilização dos educadores por meio dessas entidades que resolveram unir forças na luta por reformulações das políticas públicas educacionais, sobretudo, no proeminente papel que desempenharam na organização das CEBs entre os anos de 1980. O quadro abaixo explicita as pautas discutidas nas CEBs.

#### **Quadro 1- Resumo das discussões das CEBs**

<b>CEBs./Ano</b>	<b>Local/ Nº inscritos</b>	<b>Tema Geral</b>
I CEBs 1 a 3 de abril de 1980	PUC/São Paulo 1.400 participantes	Política Educacional
II CEBs 10 a 13 de junho de 1982	Belo Horizonte- MG 1.910 participantes	Educação: Perspectivas na Democratização da sociedade

		Das críticas as propostas de ação.
III CEBS 12 a 15 de outubro 1984	Niterói/RJ Não informado o número de participantes	O tema central foi trabalhado em três eixos: 1-A política educacional e a crise brasileira; 2- A questão pedagógica e os desafios das questões sociais; 3- A gestão pública dos negócios da educação.
IV CEBS 2 a 5 de setembro de 1986	Goiânia/GO 5.000 participantes	Educação e Constituinte
V CEBS 2 a 5 de agosto de 1988	UNB-Brasília/2 a 5 agosto de 1988. Não informado o número de participantes;	A Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional: Compromisso dos educadores
VI CEBS de 3 a 6 de setembro de 1991	USP/ São Paulo; 4.000 participantes	Política Nacional de educação.

Fonte: ANPED, dados tabulados pelos autores, 2018

Tomando como referências as pautas, os objetivos que circunscreveram todos os encontros das CEBS visaram efetuar um balanço crítico da política educacional brasileira, promover um conjunto de lutas e movimentos aglutinados em torno da teoria e da prática educacional, propor princípios a serem inscritos no texto da nova Constituição Federativa do Brasil e discutir a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

Inferem-se alguns apontamentos relevantes que se efetivaram, *a priori*, a importância política dos eventos, como espaço de amadurecimento para uma reconfiguração na organização de políticas educacionais. A partir do segundo evento, verificou-se a maturidade da integralização dos participantes e organizadores diante das aspirações da educação como um dos instrumentos de democratização da sociedade, que se consolida de forma contundente na aprovação da Carta de Goiânia (05/09/1986) ocorrido na IV CEB. Acrescenta-se que esse documento expressava os princípios idealizados pelos educadores presentes para a redação de uma nova LDBN, referentes não apenas a fins pedagógicos, de articulação organizativa de um sistema de ensino entre as esferas federal, estadual e municipal como também, de recursos e financiamento da educação.

### Considerações Preliminares

No início dos anos de 1980, educadores e pesquisadores do Brasil por meio de entidades e associações articularam-se na luta pela democratização do ensino, pelos direitos trabalhistas dos educadores e ideais pedagógicos emancipatórios.

Até o momento, conforme os dados apresentados no quadro 1 é possível verificar os desdobramentos e consequências das pautas/ temas debatidos nas CEBS em todos esses anos de luta e movimento.

Cabe destacar o importante papel que as entidades SBPC, ANPED, CEDES, ANDE e a ANFOPE em parceria com algumas universidades tiveram como movimento organizado na mobilização e aglutinação dos educadores na legitimação de posições políticas e ideológicas debatidas nos momentos históricos de cada CEBS, dentre os relevantes resultados cita-se as diretrizes e proposições presentes na elaboração da Constituição Federal de 1988 e da LDBN 9394/1996.

Salienta-se ainda que as CEBS se constituíram como um espaço de expressão das demandas políticas da sociedade e de oposição ao regime da ditadura civil militar, um marco histórico que consolidou os

movimentos dos educadores, sobretudo, nos anos de 1980, cujos resultados reverberaram nas políticas nacionais educacionais que se concretizaram a partir da década de 1990.

## REFERÊNCIAS

ANFOPE. Documento Final do IX Encontro Nacional. Brasília, 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://anfope.com.br/anfope-2/about/>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

ANPED-ASSOCIACAO NACIONAL DE PÓ-GRADUACAO E PESQUISA EM EDUCACAO. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/sites/default/files/livro\\_anped\\_pt.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/livro_anped_pt.pdf)>. Acesso em 22 de maio de 2018

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, nº 80 (Número Especial), 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12928.pdf>> Acesso em: 20 set 2015.

MACIEL, Lizete; NETO, Alexandre (Orgs.). Formação de professores: passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete MEC/USAID. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em: 18 de mai. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Ed. Campinas: Autores associados, 1997.

VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira 1951-2010**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

[i] Nomenclatura utilizada por Médici para se referir aos analfabetos.

[ii] Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/site/a-sbpc/quem-somos.php>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

[iii] Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sobre-anped>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

[iv] Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/sobre>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

[v] Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

[vi] Disponível em: <<http://anfope.com.br/anfope-2/about/>>. Acesso em: 08 mai. 2018.